

A REDE DE APOIO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO, RIO GRANDE DO SUL

Marjane Bernardy Souza¹, Maria Fernanda Silva da Silva², Natasha Figueiró de Souza¹, Joice Laine de Carvalho¹ e Bruna Marcante B. Rivas²

RESUMO - Mapear as redes de apoio das mulheres que sofreram violência doméstica no município de São Jerônimo, Rio Grande do Sul. Método: Pesquisa qualitativa e exploratória. Foi utilizado como instrumento o mapa de rede social proposto por Sluzki (2006), em quatro mulheres que sofreram violência doméstica no município de São Jerônimo, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, no ano de 2015. Os dados foram coletados na Clínica-escola do curso de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil e analisados conforme proposta de Sluzki. Resultados: O mapa possibilitou o conhecimento das redes que se caracterizam como pequenas (8 – 14 integrantes), dispersas, fragilizadas e com baixa densidade. Conclusão: A pesquisa demonstra a importância da rede de apoio nas relações, enquanto dispositivos sociais de trocas e interações de sujeitos. A violência doméstica destrói e fragiliza os vínculos, por isso da necessidade de políticas públicas para apoiar as vítimas.

Palavras-chave: Violência doméstica. Mapa de rede de apoio. Mulheres.

ABSTRACT - Objective: map the women's a support networks who has suffered domestic violence in São Jerônimo city, Rio Grande do Sul. Method: qualitative and exploratory research. The social network map proposed by Sluzki (2006) was used as an instrument in four women who suffered domestic violence São Jerônimo city, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, in the year 2015. The data were collected at School-Clinic of the Psychology course the University Lutheran of Brazil and analyzed according Sluzki's proposal. Results: the map allowed the networks knowledge characterized as small (8-14 members), dispersed, vulnerable and low density. Conclusion: the research indicates the importance of support network in the relationships, as social devices of exchange and interaction of subjects. The domestic violence destroys and weakens ties, so the need for public policies to support victims.

Keywords: Domestic violence. Support network map. Women.



Revista
Ciência e Conhecimento
Volume 12 – Nº 1 – 2018.



1. Professora do Curso de Psicologia Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, São Jerônimo, RS, Brasil.

2. Curso de Psicologia – Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, RS, Brasil.

E-mail para contato:
Marjane Bernardy Souza
marjanesouza@yahoo.com.br

Recebido em: Ago/2017.
Revisado em: Mar/2018.
Aceito em: Mai/2018.

Área:
Desenvolvimento Humano

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é considerada um problema de saúde pública que se faz presente em todo o mundo e atingem meninas e mulheres, independente de idade, cor, raça ou classe social. Essas agressões implicam perdas significativas para a saúde física, mental e social das vítimas.

Uma das características da violência doméstica é o isolamento da mulher que muitas vezes é utilizado como uma espécie de proteção, pois assim o agressor não teria motivos para ser violento. Mas esse isolamento faz com a mulher se afaste de sua família e amigos, não tendo proteção, aumentando sua fragilidade para sair do ciclo violento instaurado pelo perpetrador.

A revitimização e atitudes preconceituosas são os maiores problemas encontrados por mulheres que conseguem buscar algum auxílio em sua rede de apoio, o que sugere que mesmo que existam serviços especializados a prestarem ajuda as vítimas, eles não são suficientes. Dessa forma se evidencia a necessidade e a importância, do conhecimento e estudo das redes de apoio sociais, que possam trabalhar integradas para proporcionar a assistência às mulheres em situação de violência.

A rede de apoio social compõe-se pelas relações que envolvem os sujeitos, sejam pessoas, instituições ou movimentos sociais. Os principais aspectos estudados na compreensão da rede são os dispositivos sociais de trocas e interações de indivíduos e grupos, bem como suas características, a frequência, os tipos de contato e os objetivos. Possuir uma rede de apoio social é uma necessidade humana, pois são elas que disponibilizam recursos a uma pessoa diante das dificuldades que esta venha a enfrentar.

Esta pesquisa tem por objetivo mapear a rede de apoio de mulheres vítimas de violência doméstica no município de São Jerônimo, Rio Grande do Sul.

A violência doméstica contra a mulher e as redes de apoio

Uma das maiores dificuldades das mulheres que enfrentam a violência é falar a respeito do ocorrido. Porém, a ênfase com que tem se revelado o assunto nos últimos tempos, denota que muitas mulheres estão buscando auxílio através de redes de apoio, como os postos de atendimento ou delegacias dirigidas às mesmas.

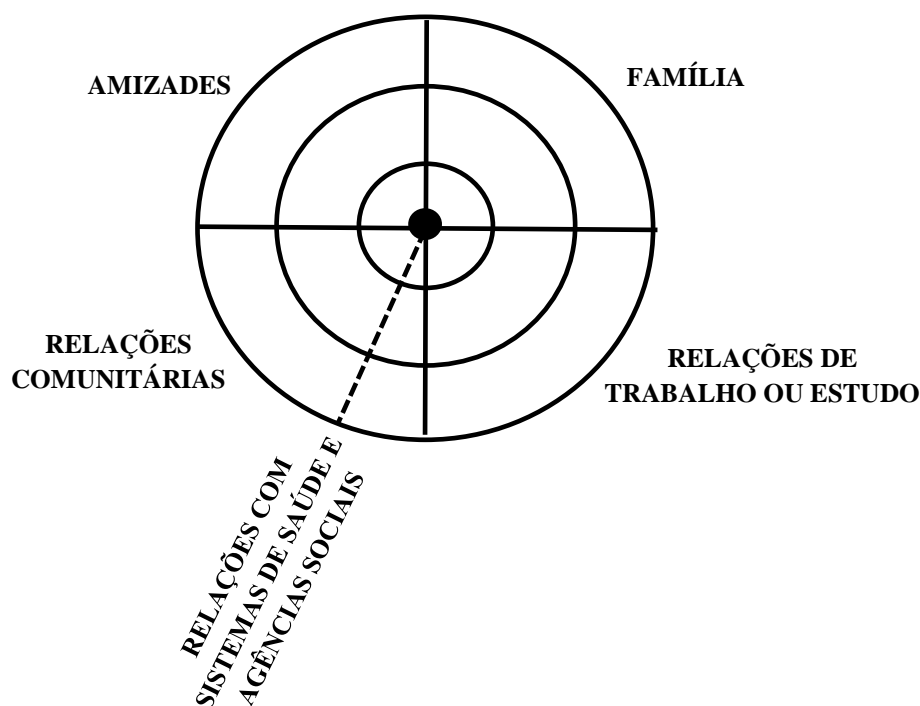
A rede de apoio social é definida como as relações que envolvem os sujeitos, sejam pessoas, instituições ou movimentos sociais. Suas características, a frequência e o tipo de contato estabelecido, bem como os seus objetivos são os principais aspectos estudados na

compreensão das redes, enquanto dispositivos sociais de trocas e interações de sujeitos e grupos (DUTRA et al., 2013).

Segundo Gonçalves e Guará (2010 apud PEREIRA, K. Y; TEIXEIRA, S. M., 2013), as redes de apoio sociais podem ser classificadas em função das necessidades humanas. Essas redes podem ser primárias ou de proteção espontânea, que são sustentadas pelos princípios da solidariedade e do apoio mútuo, constituídas pelo núcleo familiar, pelas relações de amizade e de vizinhança.

Para o autor citado acima, a rede macrossocial ou secundária, é a rede que fornece atenção especializada, orientação e informação, formada por profissionais e funcionários de instituições públicas ou privadas. Podem ser sócio-comunitárias, redes constituídas por organizações comunitárias, associações de bairro ou organizações filantrópicas. Redes sociais movimentalistas que são formadas por movimentos sociais, cujo objetivo é a defesa dos direitos, da vigilância e a participação popular. Redes setoriais públicas com serviços especializados, resultantes da ação do Estado por meio das políticas públicas. Redes privadas com serviços especializados fornecidos pela própria iniciativa. Redes regionais que são constituídas por serviços de diversas políticas públicas compartilhadas entre municípios de uma mesma região e redes intersetoriais que dispõem de serviços das organizações governamentais, não governamentais, do setor privado e da comunidade, tendo em vista o atendimento integral das demandas sociais.

A rede social pessoal criada pelo psiquiatra argentino Carlos E. Sluzki (2006), pode ser registrada em forma de Mapa Mínimo da Rede Pessoal Social (Figura 1), que inclui todos os indivíduos com quem interage uma determinada pessoa. A articulação desse mapa diante de uma situação a ser investigada, possibilita a construção de uma identificação e representação do todo, permitindo uma visão globalizada do contexto (CARLOS; FERRIANE, 2015).

Figura 1. Mapa mínimo de relações proposto por Sluzki.

Fonte: Sluzki, 2006, p.43.

Segundo Sluzki (2006), o mapa pode ser sistematizado em quatro quadrantes, são eles: trabalho, família, relações comunitárias e amizade. Também sistematizam as três áreas de aproximação do indivíduo: círculo interno de relações íntimas, círculo intermediário de relações pessoais e círculo externo de conhecidos e relações ocasionais. Permite averiguar suas características estruturais, quanto ao tamanho, composição ou distribuição e as funções desta, o que favorece a construção de ideias e atividades que possam dar espaço para mudanças e novas interações sociais.

A violência doméstica atinge mulheres, idosos, adolescentes e crianças, com repercussões em vários aspectos da vida: no âmbito profissional, nas relações sociais e na saúde (física e/ou psicológica). Considera-se violência doméstica as que ocorrem no âmbito doméstico e/ou familiar e não somente as que deixam marcas físicas resultando em lesões graves ou até morte, mas também as que oprimem e geram danos psicológicos e morais, deixando desprotegidas as vítimas dentro do seu próprio domicílio, onde deveriam sentir-se seguras (BRUM et al., 2013; ZANCAN et al., 2013).

A Lei que Protege

No Brasil, foi sancionada a Lei nº 11.340 que entrou em vigor 07 de agosto de 2006, conhecida como “Lei Maria da Penha”, criada como mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica dos mais variados tipos contra as mulheres.

A Lei declara em seu artigo 8º que as políticas públicas que visam coibir a violência doméstica contra a mulher, far-se-á por meio das articulações de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e também por de ações não governamentais. Tendo por diretrizes a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; proporcionando estudos e pesquisas, para gerar dados estatísticos e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, relativo às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados.

Esses dados, pela Lei (2006), serão unificados nacionalmente e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas; a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher; a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas à sociedade em geral; implementar programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

O artigo 9º desta mesma lei declara que a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção.

A Lei Maria da Penha (2006), garante à mulher, em seu artigo 11º, proteção judicial, encaminhamento ao hospital e Instituto Médico Legal, transporte a ela e seus dependentes para um local seguro, em casos de riscos à vida e acompanhamento policial para a retirada de seus pertences do domicílio familiar.

A mesma Lei (2006), prevê cinco tipos de agressões contra a mulher (violência física, violência sexual, violência moral, violência psicológica e violência patrimonial) e apresenta medidas de proteção para a vítima como: afastando o homem do ambiente familiar, permitindo o rigor nas punições contra as agressões sofridas pelas mulheres e que o agressor seja preso quando ameaçar a integridade física da vítima.

No Brasil, os serviços mais procurados pelas mulheres em situação de violência, segundo Silva, Padoin e Vianna (2015), estão diretamente ligados às delegacias e às Unidades de Pronto Atendimento, quando a lesão causada requer tratamento e/ou a prática restrita do crime. Reduzir a violência a um crime ou a um transtorno mental invisibiliza outros aspectos do problema, como o social, o cultural e o político. Dessa forma, propor uma intervenção transversal significa criar um novo modelo de organização dos serviços, que insira a concepção de demanda por necessidades como base conceitual para a prática cujas respostas estejam atreladas à promoção da qualidade de vida e de acesso a direitos.

O acesso à rede pode acontecer em qualquer local e os casos devem transitar nos serviços que a compõem. Por isso, identificar e mapear as redes de apoio de mulheres vítimas de violência é o primeiro passo a fim de compreender a relação que se estabelece entre os serviços, onde todos têm funções diferentes, essenciais e com o mesmo grau de importância, uma vez que, em função dos vínculos fragilizados com a família e dos amigos devido à violência, os serviços públicos são a única opção.

Município de São Jerônimo no Rio Grande do Sul

A cidade de São Jerônimo localizada às margens do Rio Jacuí possui, segundo o Instituto Brasileiro de Geografias e Estatística (IBGE), uma área territorial de 936,375km² e uma população estimada em 23.527 pessoas (IBGE, 2010).

Conquistou o status de município em 30 de setembro de 1861 quando se emancipou de Bom Jesus do Triunfo, nesta data comemora-se o aniversário da cidade e também dia de São Jerônimo. As atividades, pecuária e mineradora foram o berço da riqueza de São Jerônimo. Devido à prosperidade das estâncias, surgiram as Charqueadas, onde se processavam a carne dos gados abatidos nos campos do município. Aliado a isso, exploração das jazidas de carvão mineral contribuiu para o desenvolvimento da cidade. Sua colonização é de origem luso-brasileira, evidenciado pelos casarios de estilo açoriano-colonial (IBGE, 2010).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório que, segundo Creswell (2013), envolve maior atenção à natureza interpretativa, situando o estudo dentro do contexto político social, cultural e a reflexão de relatos.

Participantes

Participaram desta pesquisa quatro mulheres que sofreram violência doméstica e que buscaram os serviços da Clínica-escola do curso de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil – Campus São Jerônimo, com idades variando entre 27 e 45 anos, habitantes do município de São Jerônimo, do interior do estado do Rio Grande do Sul – Brasil.

Instrumentos

Os dados para esta pesquisa foram coletados através do mapa de rede social proposto por Sluzki (2006). A utilização do mapa de rede social possibilitou mapear os indivíduos e serviços percebidos pelas mulheres que sofreram a violência doméstica.

O mapa é dividido em quatro quadrantes, compostos por família, amigos, relações de trabalho ou escolares e relações comunitárias ou de serviços, possuindo também três áreas que são as relações íntimas, as relações pessoais e as relações ocasionais. Estas três áreas se inscrevem sob os quadrantes através de um círculo interno, que representa as relações íntimas, incluindo os familiares mais diretos e amigos mais próximos, um círculo intermediário, composto pelas relações pessoais com menor grau de compromisso, e um círculo externo, que representa as relações ocasionais e com conhecidos. O conjunto dos habitantes deste mapa mínimo constitui a rede social pessoal do indivíduo.

Sabe-se que a rede social demarcada por cada indivíduo parte de sua percepção e de sua visão sobre a situação em um determinado momento, portanto essa rede social pode não corresponder a sua rede social real, mas é a que este indivíduo consegue perceber como significativa.

Procedimentos para a Coleta de Dados

Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Luterana do Brasil, que recebeu o parecer favorável conforme nº 853.167 em 29 de outubro de 2014, foi estabelecido contato com a Clínica-escola, do Curso de Psicologia, da Universidade Luterana do Brasil – Campus São Jerônimo, a qual já possuía ciência da pesquisa e comprometimento no auxílio do desenvolvimento da mesma, para que se iniciassem os contatos com as usuárias. Com o comparecimento da vítima no horário estabelecido, foram explicados os procedimentos e objetivos da pesquisa, apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, fornecido uma cópia para a participante e outra para o pesquisador. Foi

mostrado o mapa de rede e explicado como ele deveria se preenchido, de acordo com as instruções propostas por Sluzki (2006). Os dados foram coletados nas dependências da Clínica-escola no mês de maio do ano de 2015.

Procedimentos para Análise dos Dados

O mapa de rede foi analisado em termos de estrutura, conforme os critérios de tamanho e distribuição. Quanto ao tamanho, foi verificado o número de pessoas presentes na rede de cada participante; já na distribuição, foi apurada a localização dos membros da rede em cada quadrante.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O uso do mapa possibilitou identificar a estrutura percebida pelas vítimas da sua rede de apoio, bem como compreender a contribuição das relações estabelecidas de forma significativa para as mulheres que sofreram violência doméstica.

Tabela 1. Número de pessoas nos quadrantes.

Participantes	Família	Amizade	Trabalho	Comunidade	Total
M1	2	2	0	4	8
M2	4	3	3	4	14
M3	3	2	0	1	6
M4	3	3	2	4	12

Fonte: elaboração própria.

Através da análise dos mapas de rede social, em relação ao seu tamanho, estabelecido pela quantidade de pessoas que fazem parte da rede, observou-se que as redes sociais das participantes são extremamente pequenas. Conforme a tabela 1, M1 apresenta uma rede de apoio composta 08 integrantes; M2 apresenta 14 integrantes em sua rede de apoio; M3 apresenta 06 integrantes em sua rede de apoio e por fim, M4 apresenta 12 integrantes em sua rede de apoio.

Estes números demonstram que não há muitas pessoas, com que elas possam contar ou pedir ajuda em situações de crise ou violência. Para Carvalho e Ribeiro (2016), não existem valores normativos para determinar o tamanho de uma rede de apoio social, mas considera habitual a presença de 20 pessoas, com variação média de 15 a 25 membros. O mesmo autor e

Souza e Machado (2014), consideram que redes pequenas são menos eficazes em uma situação de longa duração, como geralmente é a violência doméstica, já que há uma evitação dos sujeitos para diminuir a sobrecarga.

Em relação a distribuição ou composição dos sujeitos nas redes das vítimas, refere-se a localização nos quadrantes, pode ser visualizado na tabela.

Essa dificuldade na distribuição das pessoas na rede, para Carlos e Ferriani (2015), gera um empecilho para discutir técnica e cientificamente problemáticas da contemporaneidade, tais como a violência doméstica, os sujeitos não conseguem construir estratégias para se aproximar.

Quanto à densidade dessas redes, ou seja, o quanto os membros de cada quadrante interagem entre si, não é possível perceber tal conexão, essas redes mostram-se fragilizadas. Segundo Sluzki (2006), o nível de densidade médio é considerado o mais eficaz, uma vez que permite equiparar as impressões dos membros; já uma rede de densidade muito alta traria uma conformidade entre os integrantes, causando inércia do grupo e menor efetividade.

A rede social inclui as pessoas significativas, que segundo Sluzki (2006), se diferem de toda a sociedade, compreendendo o mapa com os quatro quadrantes: a família, os amigos, as relações de trabalho, estudo e de inserção comunitária.

Em relação ao quadrante da família, cada vítima do estudo recebe suporte de no máximo seis integrantes, sendo que duas apontam os próprios filhos como parte da rede. Segundo os estudos de Dutra et al. (2013), as mulheres restringem suas relações aos filhos e familiares, pois esses muitas vezes não representam ameaças ao parceiro, gerando um isolamento social que poderia contribuir para a continuação da violência e diminuição da expressão da autonomia.

A rede social não corresponde somente à família nuclear ou extensa, mas sim a um conjunto de vínculos que possuímos com outros sujeitos que participam e constroem o nosso dia a dia (SLUZKI, 2006). Nota-se que os membros demarcados estão muito relacionados com os vínculos familiares, como as mães, filhos e irmãos, o que demonstra o quanto essas pessoas podem ter sido sobrecarregadas diante da situação de violência, pois para a maioria dos sujeitos da pesquisa não existem outras pessoas a quem pudessem pedir auxílio. Numa relação conjugal, geralmente o companheiro pode ser uma fonte de suporte, mas nesses casos são os perpetradores da violência.

Cada participante da pesquisa mostra ter de duas a três pessoas presentes em suas relações de amizade. Segundo Carvalho e Ribeiro (2016), tais valores são considerados baixos, pois as relações de amizade são fundamentais para o desenvolvimento de novas visões e novas

perspectivas; logo, essa restrição de amigos poderá implicar em uma maior dificuldade de estabelecer vínculos futuros.

Quanto às relações de trabalho, três entrevistadas atuam no mercado, porém, somente duas mencionaram seus colegas. O fato das mulheres apresentarem poucas relações de trabalho, certamente acarretará dificuldades no apoio social, pois são nos locais de trabalho que passam a maior parte do dia (CARVALHO e RIBEIRO, 2016)

Considerando as relações comunitárias, as quatro pesquisadas referem ter contato com o CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), devido ao serviço especializado oferecido à população, CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial), Hospital, Conselho Tutelar e a Igreja. É importante perceber que os serviços públicos aparecem com frequência e realizam trabalhos relevantes com essas mulheres, apesar das deficiências que possam possuir. É importante salientar a não marcação de vizinhos ou qualquer outra relação com a comunidade mais próxima. Segundo Carvalho e Ribeiro (2016), em situações de emergência, os vizinhos ou uma associação de moradores poderiam auxiliar a vítima a obter o apoio necessário.

Essa dificuldade de identificar um número maior de pessoas nas relações das entrevistadas poderia estar ligada as estratégias de dominações utilizadas pelo agressor. Fazendo proibições das mulheres de entrar no mercado de trabalho, possuir atividades de lazer, estudar e até de poder manter ligações com familiares. Há uma destruição das redes sociais e dificuldades de inserção a novas, tornando precária a busca de suporte, reconhecimento e enfrentamento da violência.

Para Gonçalves e Guará (2010 apud PEREIRA, K. Y; TEIXEIRA, S. M. 2013), as redes de apoio sociais podem ser classificadas seguindo as necessidades humanas. Nestes casos as redes abalizadas são primárias e de proteção, amparadas pela solidariedade e apoio mútuo, constituídas pelo contexto familiar e através das relações de amizade.

A percepção, segundo Dalgarrondo (2008), é a capacidade de assimilar e relacionar as vivências pessoais e criativas a partir de estímulos sensoriais recriadas por cada indivíduo, levando em consideração suas experiências já registradas na memória, conforme o contexto sociocultural em que está inserido. Diante do exposto pelo autor, as redes sociais demarcadas pelas mulheres pesquisadas, são produção de sua própria percepção sobre o mundo e sobre as pessoas e instituições que as cercam. Portanto, não necessariamente as redes sociais apontadas por cada sujeito correspondem à sua rede social real, uma vez que a situação de crise e demais

dificuldades bloqueiam e interferem na sua capacidade de perceber seu verdadeiro contexto sociocultural.

Os trabalhos realizados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), segundo Faraj e Siqueira (2012), são imprescindíveis para a minimização dos danos causados pela violência. O CREAS constitui-se em um serviço especializado que deve buscar restaurar os direitos infringidos pela violência através de um atendimento contextualizado inserido em uma rede íntegra. Os mesmos autores consideram fundamental fazer valer a proteção integral da vítima por meio da defesa e da garantia de serviços especializados com profissionais capacitados para a intervenção e enfrentamento da problemática, o que é extremamente necessário que alguns órgãos e instituições estejam articulados e fortalecidos, para que as suas ações sejam efetivas. O centro de referência possibilita reconstruir os vínculos familiares e sociais desfeitos pelo impacto inominável relativo à vivência da situação de violência.

A assistência à mulher, em situação de violência doméstica e familiar, será prestada de forma articulada de acordo com a Lei Maria da Penha no artigo 9º, assim também os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção e, emergencialmente quando for o caso.

A construção de uma rede de apoio e proteção, segundo Pacheco e Malgarim (2011), tem como objetivo minimizar a continuidade da violência em qualquer lugar que a vulnerabilidade se faça presente. Com a intenção de romper os constantes episódios de violência é imprescindível um trabalho interdisciplinar que organize e fortaleça um espaço de acolhimento às vítimas através do atendimento clínico, psicológico, social, legal, individual e familiar, com a finalidade de que o ciclo de violência possa ser desfeito.

A proposta de construir novos laços de amizades, bem como ampliar a busca por redes que disponibilizem serviços e ações estratégicas a fim de promover a assistência básica e o suporte emocional. Considera-se fundamental que órgãos e instituições estejam articulados, preparados com profissionais capacitados para receber, apoiar e proteger de forma adequada as mulheres vítimas que sofreram qualquer tipo de violência doméstica. Fazer valer a proteção integral da vítima, garantir os serviços especializados de que lhe é direito é uma forma de intervenção que viabiliza o enfrentamento diante do impacto da situação problema.

Neste contexto, cabe ressaltar que as quatro participantes não pronunciaram a existência de novas relações que servissem de apoio no período em que ocorreu a violência, o que demonstra a dificuldade quanto às percepções e ineficiência quanto à conexão das redes.

CONCLUSÃO

A pesquisa demonstra o quão fundamental é a rede de apoio nas relações, enquanto dispositivos sociais de trocas e interações de sujeitos e grupos. São neste âmbito que as mulheres que sofrem violência doméstica encontram acolhimento em meio ao trauma sofrido e, desta forma, estratégias de enfrentamento que contribuem no resgate da sua dignidade pessoal.

Através do mapa de rede das quatro mulheres pesquisadas e vítimas da violência doméstica é possível identificar que o município comporta uma rede de apoio composta pelo: Hospital, CAPS, CREAS e Delegacia de Polícia Civil.

Tendo por embasamento legal o art. 8 da Lei 11.340/06 que prevê políticas públicas que visam coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher: Apesar dessa previsão, as políticas públicas ainda são bastante deficientes, uma vez que os órgãos que prestam assistência não possuem qualquer articulação entre si, deixando a cargo das vítimas a busca isolada por cada um dos serviços.

Seria necessário um maior investimento para desenvolver essas políticas públicas, principalmente no que diz respeito ao funcionamento em conjunto dos atendimentos visando um melhor acolhimento às vítimas.

Trata-se de um problema que atravessa as gerações e deve ser abordado de forma intersetorial. O olhar deve ser ampliado e apurado para que novas ações possam ser elaboradas, a fim de motivar a diminuição dos números alarmantes de violência direcionados às mulheres. Que haja uma mobilidade dos setores afins, para viabilizar projetos que dêem suporte à criação de práticas pertinentes ao cuidado físico e mental desta mulher agredida para ampliar e aprimorar a sua rede de apoio.

Em novos estudos considera-se importante analisar a qualidade dos serviços oferecidos pelo poder público, se estas redes de apoio são capazes de dar o suporte necessário às vítimas de violência doméstica, bem como o funcionamento e como se dá as conexões das relações intersetoriais afim de melhor atender a população e prover o acolhimento necessário a todos.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 6. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Dispõe sobre a criação dos juzizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional.
- BRUM, C. R. S. et al. **Violência Doméstica e Crenças: Intervenção com Profissionais da Atenção Primária à Saúde**. Psicologia em Pesquisa, UFJF, v. 7, n. 2, p. 242-250, 2013.
- CARLOS, Diene Monique; FERRIANI, Maria. **O Uso de Mapas da Rede Institucional Estratégia para um olhar sobre o cuidado em saúde**. Congresso Ibero Americano de Investigação Qualitativa (CIAIQ2015), v. 1, 2015.
- CARVALHO, C. I.; RIBEIRO, S. **Violência conjugal e rede social pessoal**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.16, n.1, p. 03-26, jul. 2016.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde
- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. Porto Alegre. Editora: Penso. 3ª. ed., 2013.
- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- DUTRA, Maria de Lourdes et al. **A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica**. Ciênc. e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1293-1304, Maio de 2013.
- FARAJ, S.P.; SIQUEIRA A. C. **O Atendimento a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente Vítima de Violência Sexual na Perspectiva dos Profissionais do CREAS**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 37, p.67-87, dez. 2012.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431840&search=||info%20E1ficos:-informa%20F5es-completas>>
- NASCIMENTO, Danielly Bart do; ROSA, Edinete Maria. O uso do Mapa dos Cinco Campos no estudo da rede de apoio social e afetiva de crianças vítimas de abuso sexual. **Contextos Clínicos**, v. 8, n. 2, p. 173-184, 2015.
- PACHECO, M.L.; MALGARIM, B. G. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social: Apanhados teóricos sobre uma rede especial de apoio e proteção em casos de abuso sexual infantil**. Revista de Psicologia da IMED, v. .3, n. 2, p. 545- 553, 2011.
- PEREIRA, K. Y. L; TEIXEIRA, S. M. **Redes e Intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social**. Textos& Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jun., 2013.

SILVA, E. B.; PADOIN, S.M. M.; VIANNA; L. A.C. **Mulher em situação de violência: limites da assistência.** Ciênc. Saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 249-258, jan. 2015.

SLUZKI, Carlos. **E.A rede social na prática sistêmica.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

SOUZA e MACHADO. **Adolescentes com transtornos alimentares.** Ciênc. Conhecimento, São Jerônimo, v. 8, n. 1, p. 21-37, 2014.

ZANCAN, Natália; WASSERMANN, Virginia; LIMA, Gabriela Q. **A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas.** Pensando Famílias, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 63-76, 2013.